

Artigo Científico

História: Novos Papéis e Antigos Desafios

Sérgio Paulo Muniz Costa()*

RESUMO

Conquanto sempre tenha variado em sua forma, a história, até pouco tempo, desfrutava de um patamar seguro como um saber de utilidade e discurso reconhecidos. A brusca expansão do conhecimento e dos limites da ação humana na sucessão de três Revoluções Industriais alterou-lhe o campo de ação, papel e aplicabilidade, remetendo-a, no entanto, a um limbo entre ciência e disciplina aparentemente in-deslindável. O presente ensaio recoloca antigas questões sobre a história, à luz de suas relações mais recentes com as ciências sociais, e discute seus novos papéis na atualidade, como partícipe da produção de conhecimento, aplicada também à decisão e prospectiva, propondo conceituação e procedimentos adequados a essas funcionalidades e coerentes com as possíveis perspectivas ontológicas, epistemológicas e filosóficas. Ao fazê-lo, o ensaio pretende ainda introduzir elementos para uma discussão metadisciplinar e científica, que situe o estudo e a aplicabilidade da história na sociedade brasileira de acordo com as suas necessidades de desenvolvimento. O tema central é a questão da funcionalidade da história na sociedade moderna, analisada segundo o viés histórico e social, e para cuja viabilização nos campos educacional e profissional são aqui apresentadas propostas gerais. No seu conjunto, este estudo apresenta uma perspectiva teórica sobre fatos e acontecimentos, no contexto histórico, bem como a respeito de sua importância e significado; propõe, com

base na experiência profissional do autor, medidas de aplicação da história como elemento integrador e mediador no campo educacional e; explora as possibilidades da sua participação na pesquisa em geral e na produção do conhecimento, de forma sistemática.

Palavras-chave: história, conhecimento, decisão, prospectiva e educação.

ABSTRACT

Although history has always varied in its form, it occupied a safe place as a knowledge of recognized utility and discourse until recently. The sudden expansion of knowledge and of the limits of human action in the succession of three industrial revolutions changed its field of action, role and applicability, leaving it, however, in a limbo between science and discipline apparently impossible to be untangled. This essay brings back old questions about history, in the light of its recent relations with social sciences, and discusses its new roles at present time, as participant in the production of knowledge, also applied to decision and prospective, by proposing concepts and procedures consistent with these features and coherent with the possible ontological, epistemological and philosophical perspectives. By doing that, this essay also aims to introduce elements for a metadisciplinary and scientific discussion, that places the study and the applicability of history in the Brazilian society in accordance with their development needs. The central theme is the question of the functionality of history in modern

society, analyzed from the historical and social point of view. General proposals to its implementation in the educational and professional fields are presented in this study. Overall, this study presents a theoretical perspective on facts and events in the historical context as well as its importance and significance. Based on the author's experience, it proposes measures for the implementation of history as a mediator and integrator in the educational field. It also explores the possibilities of its participation in research in general and in the production of knowledge, in a systematic way.

Key-words: history, knowledge, decision, prospective and education.

1 ANTIGAS PERGUNTAS

O que é a história, quais são a sua utilidade e os seus limites? Estas são questões válidas em uma discussão sobre a funcionalidade da história - pressuposta neste ensaio. Mais do que educar ou assegurar liames sociais, a história participa na construção do conhecimento - além do conhecimento histórico - que tem uma posição central na sociedade moderna.

A pesquisa sobre o tema aponta para a França como o espaço de onde provém a maioria dos estudos, no qual se acenderam os maiores debates sobre as relações entre história e ciências sociais e que gerou as escolas históricas mais fecundas do século XX. Muitas explicações podem ser oferecidas para a densidade do estudo da história na França, porém a sua origem está na formação e evolução do país que legou à atual sociedade francesa um patrimônio histórico, cultural e arquitetônico acumulado no espaço do "hexágono"¹ ao longo de mais de mil anos. Poucas sociedades podem dispor de tão rico acervo

constitutivo de sua cultura e ligado à sua atualidade. É natural, portanto, ter em muito boa conta as reflexões dos historiadores franceses acerca do que é a história e do seu papel social.

Se a questão: "o que é a história?" foi feita tantas vezes e, ao que tudo indica, sem obter resposta definitiva, talvez ela não seja suscetível de ocorrer. Desde seu início, a história combina dois repertórios diferentes e os mistura inextricavelmente: ela é uma prática de conhecimento, cujos instrumentos se transformam e renovam, o que leva a pensar que ela não cessou de se aperfeiçoar, e ela, por outro lado, está investida de uma função social - a construção de um testemunho do presente e do passado, do passado a partir do presente - que é anterior à atividade específica de conhecimento que ela engloba. (REVEL, 2001, p.26, tradução nossa)

Toynbee foi criticado por não ter reconhecido, ao longo de sua alentada obra, o papel da ciência e da tecnologia. Foi também apontado como um expoente do "pessimismo cultural, que atingiu o auge com o *Study of History*" (BARRACLOUGH, 1975, p. 237). No entanto, ao encontrar nas civilizações a sua unidade de trabalho, ou metodológica, além de enfatizar a idéia de "modelo", criado a partir de aspectos comuns a algumas delas, trouxe uma enorme contribuição ao estudo da história com a sua perspectiva de história comparada. Daí ser conseqüente que, independentemente do que venha a ser a história, ou aonde se encontram os seus limites, a sua morfologia é cambiante, conforme as épocas e sociedades. Isso pode ajudar a compreensão da impossibilidade mencionada no parágrafo anterior.

A história é protéica. Mal conseguimos captá-la sob uma forma, ela se transforma, como Proteu, às vezes impossibilitando qualquer identificação. (TOYNBEE, 1987, p.13)

Assim, a própria historiografia seria

1. O hexágono é a referência a que acadêmicos franceses costumam fazer ao espaço geográfico de seu país, cujo contorno se assemelha a esse polígono.

histórica, na medida em que os objetos, o registro, a interpretação e o discurso da história seriam determinados por uma alteridade intrínseca.

Em resumo, a História contemporânea deve ser considerada como um distinto período de tempo, com características próprias que a diferenciam do período precedente, de modo bastante parecido àquele como chamada “História medieval” – pelo menos, de acordo com a maioria dos historiadores – se diferencia da História moderna.

Se essas proposições tiverem algum grau de validade, será possível concluir, pois, que uma das primeiras tarefas dos historiadores interessados na História recente será a de estabelecer suas características específicas e suas fronteiras. Ao fazê-lo, claro, devemos acautelar-nos contra as falsas categorias (que se aplicam a toda obra histórica); devemos recordar que todas as espécies de coisas perduram de um para outro período, tal como todas as espécies de coisas reputadas “tipicamente medievais” persistiram na Inglaterra elizabetiana; e não esperamos atribuir datas fixas a mudanças que, em última análise, são apenas alterações no equilíbrio e na perspectiva. (BARRACLOUGH, 1975, p. 14-15)

2 AS RELAÇÕES DA HISTÓRIA COM OUTRAS CIÊNCIAS

De uma maneira geral, podem ser vislumbradas três razões para um diálogo muito mais intenso da história com as ciências sociais e, de uma maneira mais ampla, com a produção do conhecimento. A primeira delas seria o tempo no qual se trabalha com a história, não mais somente o passado. A segunda razão seria o espaço – geográfico, social, político, cultural ou de poder - no qual que se dá a interpretação histórica. Por fim, há que serem reconhecidas as mudanças impostas pela expansão do conhecimento decorrente da Revolução Tecnológica e pela diversidade cultural característica

da globalização. A enumeração dessas razões busca enfeixar um conjunto de fatores que colocam hoje a história em uma nova dimensão, merecedora da atenção da comunidade científica no Brasil.

O estudo da relação entre a história e as ciências sociais vem permitindo identificar as características epistemológicas que as valorizam como instrumentos de cognição e compreensão da realidade social. Cresce a consciência de um diálogo entre história e ciências sociais direcionado para objetos concretos no hoje. Para que ele se desenvolva em todas as suas possibilidades, é preciso que se aprofunde a compreensão recíproca entre historiadores e cientistas sociais acerca das finalidades e metodologias de suas disciplinas, como Burke demonstrou.

Sociologia pode ser definida como o estudo da sociedade humana com ênfase em generalizações sobre a sua estrutura e desenvolvimento. História é mais bem definida como o estudo de sociedades humanas no plural, destacando as diferenças entre elas e as mudanças ocorridas em cada uma com o passar do tempo. Por vezes, as duas abordagens têm sido consideradas contraditórias, porém é mais útil tratá-las como complementares. Apenas mediante a comparação da história com as outras disciplinas poderemos descobrir em que aspectos determinada sociedade é única. A mudança é estruturada, e as estruturas se alteram. Na verdade, o processo de “estruturação”, como alguns sociólogos o chamam, tornou-se o centro das atenções nos últimos anos (cf. p.224) (Giddens, 1979, 1984) (BURKE, 2002, p. 12-13)

O estudo da história em uma determinada sociedade é influenciado principalmente pela sua evolução e formação, por fatores culturais, pelos aspectos político-ideológicos ligados ao exercício do poder em uma determinada conjuntura, bem como pela disponibilidade e acesso a registros, acervos e sítios históricos.

A pretensão histórica de todo, muito

presente na escola francesa dos *Annales*, não é nova. Outras sociedades, em tempos distintos, concederam à história um papel muito amplo, na medida em que ela assumia uma posição de comando sobre campos de ação práticos. O caso da sociedade grega é elucidativo.

...a sua maneira, os historiadores gregos tentaram pensar a ordem do mundo e sua justiça, procuraram conferir à guerra na economia desta última e se depararam muitas vezes com a espinhosa questão da conduta a adotar diante de outros seres humanos na gestão concreta dos assuntos político-militares. (DARBO-PESCHANSKY, 2003, p.36)

Nova é, no entanto, a aceitação da participação da história na construção do conhecimento, com resultados promissores observados em sociedades com economias baseadas em produtos com alta intensidade de capital e tecnologia. A construção do conhecimento cria uma demanda de compreensão histórica a respeito da qual as sociedades mais desenvolvidas têm consciência. Originalmente focado nos objetos concretos do presente, esse processo se remete ao futuro. Grandes empreendimentos tecnológicos e empresariais se desenvolvem sobre um esforço de estimativa de duração de seus efeitos, das condições necessárias à sua existência e dos fatores que os influenciam. Esse é um processo do qual o historiador participa como se fosse um ator novo, cujos talentos ainda não foram reconhecidos.

A vertente prospectiva do papel da história nos projetos de produção do conhecimento está imbricada, no entanto, à vertente retrospectiva, aquela que busca no passado histórico modelos válidos.

Quanto a mim, a pesquisa deve ser incessantemente conduzida da realidade social para o modelo, depois deste para aquela, e assim por diante, através de uma série de aproximações, de viagens pacientemente retomadas. Deste modo, o modelo é sucessivamente ensaio de explicação da

estrutura, instrumento de controle, de comparação, verificação da solidez e da própria vida de uma estrutura dada. Se eu fabricasse um modelo a partir do actual, gostaria de o recolocar imediatamente na realidade, para depois o fazer remontar no tempo, caso fosse possível, até o seu nascimento. Uma vez feito isso, calcularia sua probabilidade de vida até a próxima ruptura, segundo o movimento concomitante de outras realidades sociais. A menos que, utilizando-o como elemento de comparação, opte por passá-lo, no tempo e no espaço, à procura de outras realidades susceptíveis de, graças a ele se tornarem mais claras.

Não terei razão para pensar que os modelos das matemáticas qualitativas, tal como nos foram apresentados até agora (35), dificilmente se prestariam a semelhantes viagens, antes de tudo, porque se limitam a circular por uma só das inúmeras rotas do tempo, a da longa, muito longa duração, ao abrigo dos acidentes, das conjunturas, das rupturas?

(35) Digo bem matemáticas qualitativas, segundo a estratégia dos jogos. Sobre os modelos clássicos e tal como os elaboram os economistas seria necessário iniciar uma discussão diferente. (BRAUDEL, 1986, p. 31)

Esses modelos podem vir a servir de base à construção de outros modelos multidisciplinares e operativos no presente com vistas à prospecção de um futuro. Para tal operação, a interação entre história e ciências sociais que ocorre no presente deve ser conduzida retrospectivamente, ou seja, levar ao passado o olhar das demais ciências sociais. As dificuldades são maiores nessa retrospectiva, pois o processo haverá de ser bastante influenciado pelo historiador, a quem caberá instilar a noção de limites que o tempo impõe com todas as suas dúvidas, distorções e abismos de compreensão. Debruçar-se sobre os aspectos psicológicos, sociológicos e econômicos, por exemplo, de uma determinada decisão tomada há cento e cinquenta anos atrás é uma tarefa que só pode ser encetada com a participação de

historiadores e cientistas sociais inspirados por um elevado espírito de cooperação e prudência, porém guiados pela visão histórica que permeará a construção de modelos e discursos coerentes com a época e o ambiente a que se referem.

A nova face da história como elemento de conhecimento e prospecção torna cada vez mais necessária a sua interação com outras ciências, não somente sociais, pois o historiador deve perceber que o conhecimento contemporâneo sobre o passado se expande na medida em que se desenvolvem novas tecnologias e conhecimentos científicos. O conhecimento sobre o passado avança no futuro e se acumula de tal forma que a sua análise e estudo só podem ocorrer satisfatoriamente com o concurso de outros especialistas além do historiador.

3 DECISÃO E HISTÓRIA

Reconhecendo desde logo que “a questão da decisão pertence à teoria da ação e tecnologia (em particular à ciência do gerenciamento) e não à filosofia da história” (BUNGE, 2009, tradução nossa), é razoável reconhecer que, para os fins deste estudo, a história se ocupa, segundo seus interesses, também das decisões que pontilharam as suas encruzilhadas. Tida no passado como parte da educação do príncipe, ela pode mostrar que nem sempre as opções que se ofereciam estavam ao alcance dele. No entanto, tomada diante de alternativas viáveis ou inexistentes, de forma consciente ou não, ou reduzida a uma mera capitulação diante da inexorabilidade dos acontecimentos, a decisão está presente nos fatos e acontecimentos da História.

Porém, dificilmente a decisão se constituiu em um fato isolado, apesar de muitas

vezes ela ser apresentada dessa forma na historiografia. Utilizando-se a terminologia moderna, a decisão não pode ser vista como um processo, a despeito da tendência em referir-se a “processo decisório”, que é na verdade apenas a sua face sistematizada e visível que não revela sua morfologia. Uma forma de estudar a decisão como ato complexo é reconhecer seus sistemas – de percepção e mobilização.

A decisão está sempre ligada a alguma forma de poder exercido por quem a toma, e a análise retrospectiva das decisões em torno de seus sistemas de percepção e mobilização é um caminho mais seguro do que se ater meramente às fontes formais que descrevem decisões como atos acabados e justificados pelo discurso.

Com demasiada frequência a história erudita é escrita em termos de idéias e não de atos; ela diz o que as pessoas escreveram e não o que fizeram. Escrever, digamos, uma história de “progressivismo” na América, ou do socialismo na Segunda Internacional, citando editoriais, livros, artigos, discursos e assim por diante, das principais figuras, é fácil: foram as pessoas que mais escreveram em toda a história. Se, porém, compararmos o que disseram e escreveram com o que realmente estava acontecendo, surge um quadro bastante diferente. No momento, estou escrevendo um capítulo sobre os socialistas, e me sinto como alguém que está sob as cataratas do Niágara num pequeno barco a remo. Encontrar e apegar-se a qualquer coisa concreta e factual sob sua torrente de palavras é uma luta épica. Creio que a razão disso reside no fato de as pessoas que estão fora do poder sempre falarem mais do que as detentoras desse poder. O historiador precisa ter cuidado com esse fenômeno – dar-lhe peso, como dizem os estatísticos – para que seu resultado não seja desequilibrado. (TUCHMAN, 1991, p. 33)

Convém estabelecer, no entanto, para os fins deste ensaio, a relação e a distinção entre decisão e mudança. Inicialmente, a decisão e a mudança se distinguem

pelos sujeitos, que há na primeira e são prescindíveis na segunda. A sua relação é fortuita, na medida em que se sabe existirem decisões pela inalterabilidade e, à luz da história, acontecerem mudanças à revelia das decisões, ou até mesmo ações, humanas. Mas foi a relação possível, e não poucas vezes efetiva, entre decisão e mudança que fez da história um instrumento da prática política, desde Heródoto e Tucídides. A história serviu durante muito tempo aos dirigentes como meio de interpretação dos signos presentes nos fatos e acontecimentos que se lhes apresentavam.

Na ausência de uma racionalidade científica e amplamente aceita nas sociedades antigas, as decisões político-militares eram traduzidas em códigos e ritos adequados àqueles tempos e culturas, apoiadas e expressas em presságios, sacrifícios, oráculos e sinais da natureza. No entanto, apreciadas milhares de anos depois, algumas decisões transparecem análises amplas e o emprego judicioso dos meios disponíveis para líderes políticos lidarem com contingências graves, normalmente ligadas à guerra, um aspecto quase cotidiano das sociedades antigas.

Esse é o caso da guerra levada a efeito por Xerxes às cidades gregas entre 480 e 479 a.C. A decisão grega de opor resistência à invasão persa implicou em recorrer a uma sofisticada estratégia de emprego de meios terrestres e navais, de cuja implementação Termópilas, Salamina e Platéia foram alguns dos acontecimentos mais importantes. Proibições religiosas e augúrios foram usados para justificar decisões das cidades-estado tomadas de acordo com suas políticas e interesses. O estudo dessa guerra mostra que decisões políticas complexas em sociedades antigas ocorreram em boas condições, muito antes do surgimento da lógica formal e do aparato científico de

que hoje dispomos. Mas a historiografia das Guerras Médicas mostra também que a história tem valor político, como instrumento de prestígio e poder, um papel tão antigo quanto atual, para cujo desempenho ela se articula com as artes e outras formas de conhecimento.

Essa foi uma queda de prestígio que teve a expansão do império persa e minou as suas fundações, para levá-lo em seguida à ruína, como foi o caso da maior parte dos impérios, antes e depois. E foi também prestígio que adquirido pelos gregos os colocou a cavaleiro de sua assombrosa trajetória. Como escreveu o professor Bury: “esses homens pareciam experimentar um sentimento de que sua vivência possuía um alto valor histórico. Os grandes poetas da época com ele ornaram seus cantos, os grandes artistas plásticos se referiram a ele nas suas esculturas. Essa idéia estava no ar, de que a Guerra de Tróia não foi senão o prelúdio desse drama, que os combatentes de Salamina e de Platéia também tinham lutado pela mesma causa dos heróis que se bateram contra Heitor e por ele na planície troiana. (FULLER, 1980, p. 57, tradução nossa)

4 FATOS E ACONTECIMENTOS, IMPORTÂNCIA E SIGNIFICADO

A essa altura do desenvolvimento da linha de raciocínio, é conveniente estabelecer a diferença funcional para a análise histórica entre fato e acontecimento. O fato é algo que ocorre em tempo relativamente curto, é apreciado isoladamente, sem atribuição de importância e significado, em princípio dentro de uma só categoria. Por exemplo, a destruição do Exército do Norte francês ao final da tarde de 18 de junho de 1815, nas proximidades no Monte Saint-Jean, na Bélgica, foi um fato militar. A sua importância só se revela quando é justaposto, não comparado, a outros fatos antecedentes e posteriores, não necessariamente causais, que podem

ser da mesma ou de outras categorias, para compor um acontecimento, por exemplo, a definitiva derrota da França ao final das Guerras napoleônicas. Muitos fatos se agrupam para constituir esse acontecimento, como o sacrifício final da Guarda Imperial, a eficaz perseguição aliada aos remanescentes franceses, para falar só de alguns militares, e outros políticos, como a reação dos monarquistas, a decomposição do precário governo bonapartista em Paris e as rápidas medidas tomadas pelas potências aliadas reunidas em Viena, exemplificando somente fatos posteriores.

Um fato *de per se* tem importância? Dificilmente. Em geral, somente será possível avaliá-lo quando for justaposto a outros, conexos ou desconexos, constituindo-se em um acontecimento cujo significado permitirá estabelecer importância e conseqüências. Puro, neutro, bruto e indecifrado, o fato é a matéria-prima da História. Revela-se a importância de um fato historicizado quando, agrupado em um ou vários acontecimentos, ele se relaciona a outros, de diferentes categorias, coloca-se causalmente com alguns deles, o mesmo valendo para os acontecimentos. É a operação reversa, a partir do acontecimento que irá revelar a importância e significado do fato, como se verá adiante.

A prática da categorização tem, no entanto, seus riscos. Em primeiro lugar por que, por mais consensuais que sejam, as categorizações serão sempre arbitrárias. Confrontada essa crítica inicial à categorização com a impossibilidade de se proceder sem ela a qualquer sistematização da produção do conhecimento, é mais prudente seguir por uma via intermediária segundo a qual as categorizações de um evento ou acontecimento são predicções

que reiteram sua essência, como as múltiplas faces de um poliedro através das quais se enxerga o mesmo núcleo. Se assim for - e por qualquer de suas faces (categorias) o objeto revelar parte de sua essência (núcleo) - a atribuição de importância não ocorre dentro de uma categoria, mas sim pela quantidade de categorizações possíveis daquele objeto e pela qualidade da imagem obtida por cada uma delas. Portanto, o segundo risco a evitar na prática da categorização é ceder à tentação de fazê-la univocamente.

Da categorização de um fato ou das categorizações admissíveis de um acontecimento infere-se a sua importância. Um acontecimento, constituído de fatos, seria tanto mais importante na medida em que comportasse mais categorias de fatos suficientemente nítidos.

Já o significado de um acontecimento é a tradução da importância segundo categorizações que contêm um potencial de correlações e se dirige ao futuro, no tempo em que se o está apreciando e adiante dele. Importância e significado de um acontecimento, segundo este enfoque, seriam, portanto, atributos epistemológicos.

Além do reconhecimento da importância e significado de um acontecimento para o estudo histórico há, paralelamente, a exigência de sua historicidade, ou seja, o seu registro historiográfico em um contexto reconhecido. Não se pode cogitar do caráter histórico de um fato ou acontecimento sem que haja historicidade para sua investigação. É necessário atender a alguns requisitos para se afirmar que determinado acontecimento é histórico, o que no dia-a-dia da vida social nem sempre é levado em conta, atribuindo-se a denominação de "histórico" a acontecimentos mais devido à sensação

que provocam, independentemente da possibilidade de serem, na verdade, repetições ou rerepresentações de ocorrências anteriores ou simultâneas construídas pelas muitas políticas e estratégias de formação de opinião atuantes nas sociedades modernas, ou seja, meros fatos.

Usualmente, tende-se a avaliar a importância de um acontecimento estabelecendo-se relações entre ocorridos em uma seqüência temporal e numa mesma categoria. Descobertas relações entre fatos com as mesmas características, procura-se situá-los numa escala de tempo para estabelecer precedências e conseqüências, no afã de determinar causas e efeitos.

Mas existem outras validações do significado e importância além da categorização e uma delas é a contrafactualidade, por supressão ou alteração do desenvolvimento dado. No caso do acontecimento militar mais tarde conhecido como batalha de Waterloo pode-se inicialmente suprimí-lo. Lorde Wellington, ao escolher o improvável campo de batalha como uma posição de bloqueio à frente de uma floresta pouco permeável, teve visão histórica? Muito provavelmente sim. Ele estava consciente da necessidade de um acontecimento e enxergou naquele campo a oportunidade para precipitá-lo, tanto quanto Napoleão vislumbrou no desafio lançado a chance de obter a vitória militar tática que culminasse sua fulminante campanha de 1815 e lhe permitisse consolidar o seu periclitante poder político em Paris. E se a batalha não tivesse sido vencida pelos aliados devido, por exemplo, ao aparecimento de Grouchy e não de Blücher? E se tivesse desabado novamente a borrasca diluviana da véspera, inutilizando a pólvora de canhões e mosquetes, atolando a cavalaria, impedindo o prosseguimento do combate e feito a batalha inconclusa e indecisa? Neste caso, pela contrafactualidade,

Waterloo revela-se acontecimento importante e de significado militar inestimável.

Para a atribuição de importância e significado a um acontecimento, além da categorização e da contrafactualidade, há que se colocá-lo ainda temporalmente - inicialmente sem qualquer preocupação de causalidade - em um contexto mais amplo no qual se identifiquem mudanças, continuidades e rupturas. Um acontecimento apreciado dessa forma pode se mostrar decisivo para qualquer desses desdobramentos. Acontecimentos importantes e correlatos podem gerar uma continuidade a que se pode chamar de conjuntura. Outros, acontecidos sobre realidades demográficas, geográficas, antropológicas e culturais mais sedimentadas podem engendrar estruturas históricas. Dificilmente os contemporâneos conseguem avaliar o caráter conjuntural, e muito menos estrutural, dos acontecimentos que protagonizam, simplesmente por que lhes falta a condição da prova factual tornada possível pela passagem do tempo. Goethe o fez em Valmy², como poucos conseguiram fazê-lo ao longo da História.

Existem ainda outras validações da importância e significado de fatos e acontecimentos. Uma delas é a sua transmissibilidade, como ligam uns aos outros e em que contextos. Isso depende não só das possibilidades de comunicações, da comunicabilidade em cada tempo histórico, como também da natureza do ambiente social, político ou cultural nos quais se dá essa transmissão de efeitos entre fatos e acontecimentos. Fatos e acontecimentos podem deixar de se interligar não somente devido a incomunicabilidades, mas devido a intransmissibilidades culturais, sociais ou políticas.

Além de reiterar as advertências

quanto à categorização, cabe aqui lembrar que os ambientes cultural, político, social, e mesmo econômico, estratificam a repercussão de fatos e acontecimentos. Estes se propagam em ondas de volume e velocidade diferentes segundo cada ambiente. As condições sociais, culturais e políticas dos homens que os produzem, sentem, interpretam, transmitem e traduzem são barreiras. Independente das comunicações formais, fatos ou acontecimentos podem se transmitir por ondas de choque, epicêntricas, porém assíncronas, dependendo da resistência à sua propagação. As operações intelectuais que foram explicadas e exemplificadas aqui são algumas das quais deve cometer o historiador na consecução dos objetivos de estudos que procede e na visualização permanente das possibilidades e limites da investigação histórica.

5 O EXERCÍCIO PROSPECTIVO À LUZ DA HISTÓRIA

No que diz respeito às metas e objetivos humanos, é possível estabelecer uma linha divisória entre história e ciências.

Nós apercebemos aqui um nível artístico que suporta toda a actividade intelectual: tudo se passa como se o exercício do pensamento não relevasse somente do ideal de verdade, mas também de um ideal de boa gestão, que exige que as soluções adoptadas sejam coerentes, estáveis, económicas. É provavelmente a este nível de gestão da actividade intelectual que se reporta, por exemplo, tão indefinível, como indeclinável, da “beleza” duma língua ou de uma filosofia, ou ainda a beleza matemática: entre o número infinito de sistemas de compostíveis, algumas estruturas são mais interessantes, instrutivas,

fecundas do que outras – não sabemos mais que adjectivo empregar -, fecundidade e beleza parecem ligadas aqui por laços misteriosos (29) É também essa arte de gestão intelectual que interdita misturar a história e a ciência, salvo no caso em que a ciência é convocada pelo sistema próprio da história.

Mas quais são então esses casos? Em volta de que critério roda em boas condições a história? Em volta do critério de nossas intenções. Um dos traços mais surpreendentes da vida social é que nada aí acontece nunca como previsto, que existe sempre um intervalo, grande ou pequeno, entre as nossas intenções e os acontecimentos; por outras palavras, que as nossas intenções não estão em ligação directa com os acontecimentos. [...] Este intervalo entre a intenção e o efeito é o lugar que reservamos à ciência, quando escrevemos a história e quando a fazemos. [...] Como contemplação, a ciência limita-se a dar-nos explicações do todo, mesmo quando não sabemos o que fazer dessas explicações; mas, na nossa acção, assim como no conhecimento da nossa acção, que é a história, só apelamos para ela quando as intenções não bastam (30).

(29) A. Lichnerowicz, *Logique et Connaissance Scientifique*, na Col. *Encyclopédie de la Pléiade*, p. 480.

(30) Cf. K. Popper, *Conjectures and Refutations: the Growth of Scientific Knowledge*, Routledge and Keegan Paul, 1969, p. 124. (VEYNE, 1987, p. 195-196)

Numa outra direção, mais afim à escola dos *Annales*, é possível encontrar-se exemplos de análises de conjunturas inspiradas na geo-história que portam indicadores de futuro. Um deles é a intervenção do Almirante Alain Denis, da Marinha francesa, no decorrer das “Jornadas Fernand Braudel”, em Châteaullon, desenvolvidas entre 18 e 20 de outubro de 1985.

2. A Batalha de Valmy foi travada em território francês, no dia 20 de setembro de 1792, entre o exército prussiano, comandado pelo marechal Brunswick, e o exército francês, comandado pelo general Dumouriez, no contexto de uma campanha militar iniciada, em agosto daquele ano, pela Prússia e pela Áustria para invadir a França, ocupar Paris e abortar a Revolução Francesa. Embora não tenha havido um choque decisivo, o dispositivo correto, a firmeza da tropa e seus comandantes e o intenso fogo de artilharia do exército francês dissuadiram os prussianos de realizar o assalto, caracterizando uma vitória importante e demonstrando que o novo exército revolucionário era capaz de fazer frente ao melhor exército da época. Goethe, que acompanhava o exército prussiano, ao final da batalha disse aos seus companheiros: “neste lugar, hoje, começa uma nova era da História do mundo, e vós todos podereis dizer que estiveram presentes no seu nascimento”. (FULLER, J.F.C. *La cannonnade de Valmy*. In: *Les Batailles Decisives du Monde Occidental*. Paris: Berger- Levrault, 1980, p. 161, tradução nossa da citação entre aspas)

Essa realidade da bacia mediterrânea é a superposição permanente, ou quase permanente, de conflitos, ditos limitados ou localizados, entre países limítrofes ou próximos. São guerras civis entre facções rivais, guerras religiosas entre tendências confessionais diferentes, e, há quinze ou vinte anos, a emergência do terrorismo, nacional ou internacional. É assim que nos quarenta últimos anos, entre 1945 e hoje, cito-os fora de ordem cronológica, aparecerem os conflitos árabe-israelense, franco-argelino, anglo-franco-egípcio, greco-turco, e depois as oposições latentes e permanentes que existem ainda agora entre Argélia e Marrocos, Tunísia e Líbia, sem esquecer as seqüelas de caráter terrorista dos problemas palestinos e da revolução iraniana, ou ainda da guerra Irã-Iraque. É verdadeiramente demais! Fora de qualquer interpretação política, por natureza conjuntural, pode-se discernir quatro fatores de crise:

- a velha oposição entre o mundo cristão e muçulmano, que remonta ao século VII, mas que parece hoje em vias de reativação.
- a situação particular do Estado judeu e sua oposição com os países islâmicos que o cercam.
- o desequilíbrio econômico entre o mundo industrial relativamente rico no Norte e o mundo relativamente pobre no Sul.
- o fator demográfico: crescimento galopante de um lado, estagnação e até recessão do outro.

No plano geográfico, um dos parâmetros essenciais em matéria de estratégia, o mar Mediterrâneo apresenta duas características fundamentais:

- é a zona de encontro entre a relação Norte-Sul e o confronto Leste-Oeste, há quarenta anos;
- é o fracionamento dessa bacia em três bacias menores – cujo acesso pode ser facilmente limitado ou proibido por qualquer uma das nações costeiras (como, atualmente, na bacia central) (KOMATIS; PAQUET, 1989, p. 42-43)

A análise do Almirante Denis é um exemplo de conjunção de elementos próximos e afastados no tempo aplicada a um determinado espaço, no caso a bacia mediterrânea, para criar um quadro de

compreensão, em geral válido até hoje, passados mais de vinte anos de sua formulação. Apresentado em um colóquio de intelectuais reunidos em torno da história, o discurso de um representante da Marinha francesa expressa um atributo indispensável aos atores estatais que se pretendem relevantes internacionalmente: a consciência do espaço segundo os tempos, uma condição de conhecimento - nesse caso geopolítico - que instrui a percepção de mudanças nas continuidades e rupturas.

É dessa forma – como uma condição do conhecimento – que a história pode se integrar ao trabalho científico, sem “misturar história e ciência”, mas sem abdicar das aproximações entre realidade social e modelo defendida por Braudel. Essa condição do conhecimento é que lhe permite situá-lo no tempo e no espaço, abrangendo outras ciências e disciplinas na determinação de sua durabilidade e aplicabilidade. É essa capacidade inerente de contextualização – uma exigência metodológica – que torna a história extensivamente útil na atualidade, não somente para explicar as origens do conhecimento, como também para identificar os modelos que os produziram e verificar a possibilidade de suas reiteraões e alterações.

Essa condição do conhecimento empresta à história a também condição de colaboradora por excelência em qualquer investigação científica, junto às outras ciências e disciplinas, na medida em que busque situar conhecimento no tempo e no espaço. Como as cambiantes conjunturas condicionam amplamente todas as atividades de conhecimento e estão ligadas a fatores não só cronológicos, como também culturais, infere-se que a participação da história nos estudos científicos tenderá a ser cada vez mais aceita.

Não se trata de um retorno ao historicismo, tão apropriada e justamente criticado por Popper, mas de uma presença sensibilizadora que funcione como ponte, não só entre tempos e culturas, mas também entre outros conhecimentos. Essa pode ser a grande co-participação da história na missão das ciências, contribuindo também para o enriquecimento do debate em torno da teoria do conhecimento.

6 CONCLUSÃO

É difícil sentenciar se a história é uma ciência ou não, da mesma forma que continua a ser difícil atribuir-lhe propósitos e estabelecer-lhe leis. Se atualmente dispõesse de maiores e melhores relações entre a história e as demais ciências, isso não deu a ela um papel definido no espectro do saber humano. Continua a ser difícil, senão impossível, dizer o que ela é.

Ontologicamente, ela pode ser vista como um instrumento de realização do futuro, na medida em que as ações humanas que o constroem: 1º) serão inevitavelmente interpretadas segundo uma leitura histórica; 2º) são influenciadas pela interpretação dos fatos e acontecimentos passados; 3º) contêm uma intencionalidade que se remete irremediavelmente ao futuro. Ela caminha próximo à filosofia, pois se afigura um pensar, abstrato, que muda de forma, debruçado sobre todas as formas de ação e conhecimento humanos. Coloca-lhe limites o rigor epistemológico, ao dissecar-lhe a estrutura, em busca de instrumentos, leis e métodos, acabando por situá-la como uma disciplina.

No entanto, fenômenos intangíveis da modernidade, como a aceleração histórica, uma percepção de esgotamento da metafísica e uma sensação de evanescência dos limites do conhecimento colocam-na como um campo de especulação váli-

do para o encaminhamento de questões práticas e transcendentais. O ser, o estar, o saber, o conhecer, o fazer, e assim por diante, hão de sê-los sempre em um contexto temporal e cultural, e não há como isso acontecer fora da história.

Retomando o pressuposto da funcionalidade da história assumido neste ensaio, há razões consistentes para ela estar presente nas atividades educacionais, empresariais, políticas, econômicas e militares, dentre outras, seja com um mínimo propósito explicativo, seja como desejável instrumento de conhecimento.

Mas para tanto, a história tem que assumir uma posição mais visível e prática na sociedade brasileira, admitindo todos os que a fazem, intérpretes e agentes, que ela é uma condição de conhecimento útil, como mediadora, referencial e integradora.

Para isso, há estratégias cujas eficácia e eficiência já puderam ser comprovadas como, por exemplo, na área educacional, o desenvolvimento do ensino, em algumas atividades, por meio de módulos temáticos dos quais faça parte a história de contexto. No campo profissional da pesquisa, a integração de historiadores e pesquisadores nas "viagens" de aproximações sucessivas "entre modelo e realidade social", é um outro exemplo factível para o desenvolvimento de estudos prospectivos.

No caso do Brasil, há, no entanto, uma grande tarefa preliminar e condicionante: a ampliação do conhecimento axiologicamente mais neutro possível do patrimônio cultural, humano, literário, científico, arquitetônico, militar, econômico e político da sociedade brasileira em suas múltiplas interações com o meio físico e com o ambiente externo. Esse grande eixo de pesquisa poderia vir a se constituir no fundamento de uma política edu-

cacional e cultural, com desdobramentos fecundos.

Se a História é protéica, tanto quanto fazê-la, cabe ao homem também dar-lhe forma.

REFERÊNCIAS

- BARRACLOUGH, G. Introdução à História Contemporânea. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. 252 p.
- BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais. 5. ed. Lisboa: Editorial presença, 1986. 145 p.
- BUNGE, M. RE: Essay about History's Philosophy and Theory. Mensagem recebida por spmunizcosta@uol.com.br em 8 de março de 2009.
- BURKE, P. História e Teoria Social. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 275 p.
- DARBO-PESCHANSKY, C. Humanidade e Justiça na Historiografia Grega (V – I a.C.). In: Novaes, A. (Org). Ética. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p 35-55.
- FULLER, J.F.C. Les Batailles Decisives du Monde Occidental. Paris: Berger-Levrault, 1980, 3 v.
- KOMATIS, S.H. e PAQUET, G. (Org.). Uma Lição de História de Fernand Braudel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. 204 p.
- REVEL, J. Les Sciences Historiques. In: BERTHELOT, J.M. (Org). Épistémologie des Sciences Sociales. 1. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2001. p 21-76.
- TOYNBEE, A.J. Um Estudo da História. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Martins Fontes, 1987. 592 p.
- TUCHMAN, B.W. A Prática da História. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1991. 231 p.
- VEYNE, P. Como se escreve a História. Lisboa: Edições 70, 1987. 327 p.

()O autor é Coronel da Reserva do Exército Brasileiro. Doutor em Ciências Militares e Historiador. Foi Chefe da Seção de Ensino de Geografia e História Militar e Coordenador da Modernização do Ensino da Academia Militar das Agulhas Negras.
(Email: spmunizcosta @uol.com.br)*